Enquanto escrevo esta reflexão, os Estados Unidos aproximam-se do Natal de 2005. Por todo o país, advogados e contabilistas estão a lembrar aos seus clientes que é altura de efetuarem as suas doações anuais com benefícios fiscais. À medida que estas cartas de aviso são recebidas, os destinatários, cumpridores das suas obrigações, sentam-se, passam os cheques e enviam-nos. A maioria inclui mensagens de acompanhamento muito sucintas. Os destinatários destes cheques recebem-nos como parte dos seus direitos esperados e não conseguem imaginar passar sem eles. Na verdade, não têm qualquer expectativa de que lhes possa ser exigido o contrário. *Os destinatários dependem totalmente destas transferências e os remetentes são cúmplices, por negligência, em torná-los assim*. É evidente que aqui não há doações. Os doadores não têm um sentimento de gratidão que venha do coração pelas suas bênçãos e carecem do desejo de melhorar a vida daqueles com quem procuram partilhar o seu amor. Não há amor a ser trocado. Pelo contrário, os doadores agem por dever de serem bons administradores com vista à redução dos impostos. Os destinatários são meramente o meio para o fazer. Nesta tragédia de uma relação falhada, as dádivas transformam-se em transferências. Há uma diferença entre um presente e uma transferência. Um presente promove o desenvolvimento humano e intelectual de outra pessoa. Uma transferência pode desencadear a descida de outra pessoa para o estado de vitimização conhecido como «direito adquirido». Cada ato que praticamos em relação a outra pessoa, seja individualmente ou através do nosso capital social enquanto filantropos, tem estes dois resultados possíveis. Este capítulo irá discutir as diferenças entre fazer um presente e efetuar uma transferência.

A palavra «direito adquirido» começou a ganhar vida na nossa sociedade moderna como descrição de um estado de ser negativo. Originalmente, ter um «direito adquirido» significava ser uma pessoa com um título, um membro da aristocracia; significava também ter os direitos e obrigações que esse título conferia. Esta palavra, na linguagem política moderna, descreve programas que conferem aos cidadãos o direito de receber algo que o governo é obrigado, por lei, a conceder-lhes
. O estado de «ter direito» descreve, no nosso governo, o cidadão a quem estes programas de direitos são obrigados a beneficiar. No nosso mundo moderno, tais programas criaram, em muitos dos seus beneficiários, estados de ser em que as pessoas «com direito» exibem todos os sintomas de dependência e vitimização. Estes são sintomas que normalmente associamos aos beneficiários extremamente ricos e disfuncionais de fundos fiduciários. As pessoas com direitos garantidos pelo governo são aquelas cujas vidas quotidianas são consumidas pela defesa dos seus direitos a coisas que não criaram, mas que lhes foram concedidas por outra pessoa

outro. São pessoas que, através desta visão de si mesmas como «com direito», vivem de forma negativa e nunca encontram um propósito nem uma vocação como pessoas livres. São pessoas que culpam os outros pela sua condição de dependência, em vez de assumirem a responsabilidade pela situação em que se encontram. Por fim, são pessoas que vivem com medo de perder os seus «direitos». Ficam tão apegadas às coisas a que têm «direito» que vivem na ilusão de que não poderiam existir sem elas. Neste sentido, são vítimas, uma vez que se vêem dependentes das ações dos outros para o seu bem-estar. São pessoas cuja dependência as torna profundamente privadas de liberdade. Não ser livre é estar numa forma de escravidão. Na minha opinião, ser dominado pelo «direito adquirido» é ser escravizado como ser humano num certo nível de profundo autoengano. O que me fascina nos comportamentos daqueles que se sentem «no direito» é que se trata de comportamentos normalmente exibidos pela classe abastada. Estes comportamentos são agora manifestados em todas as classes da sociedade moderna, sempre que os direitos são conferidos por programas de assistência social. Acho interessante que muitos Estados democráticos modernos tenham optado por atribuir a quase todos os seus cidadãos um estatuto normalmente reservado apenas aos aristocratas. Talvez, paradoxalmente, à medida que a nossa sociedade tenta tornar-se mais igualitária, possa, na verdade, estar a tornar-se menos igualitária.

É agora evidente, como comprovado pelas vidas de muitos beneficiários de programas de assistência social, que qualquer ato praticado por outrem — seja o Estado ou um indivíduo — que torne uma pessoa dependente não conduz a uma maior felicidade individual ou social. Ao longo deste capítulo, defenderei que qualquer ato em relação a outrem que comece como uma obrigação conduzirá provavelmente à dependência e à redução do espírito humano; entendendo-se por obrigação o sentido de dever, em vez de responsabilidade ou gratidão. Argumentarei ainda que qualquer ação que crie noutro um estado de «ter direito a algo» acarreta, para essa pessoa, um risco significativo de se tornar, aos seus próprios olhos, uma vítima com uma perda cada vez mais profunda de autoconsciência e liberdade pessoal.

A sociedade, tal como qualquer doador, deve ponderar, antes de fazer qualquer doação, quais os direitos e obrigações que essa doação confere ao destinatário. A sociedade deve começar por se questionar sobre os danos que essa doação poderá causar ao seu destinatário, antes de se questionar sobre os benefícios que lhe poderá conferir. A sociedade deve perguntar-se se essa doação melhora ou prejudica a vida do indivíduo que a irá receber.

Uma vez que esta é uma reflexão sobre o problema dos indivíduos no que diz respeito ao direito adquirido, não direi mais nada aqui sobre as questões sociais mais amplas, a não ser pedir ao leitor que perceba o quão tristemente dependentes os programas de assistência social, pelo menos na nossa sociedade americana, tornaram os seus beneficiários.

Passemos agora à questão do direito, na medida em que esta afeta o ser humano individual.

Ao longo deste capítulo, defenderei que:

- *O dever e a responsabilidade de cada ser humano consistem em alcançar o mais alto nível de autoconsciência e a competência e liberdade pessoal que daí decorrem, na medida do possível nesta vida*
- *Que a melhor medida da autoconsciência é o grau em que um determinado espírito humano está livre de ilusões*
- *menos um neste cálculo corresponde à vitimização total, com o eu inconsciente e escravizado pelo autoengano*
- *zero é o ponto neste cálculo, representado pelo aprendiz, alguém que não é uma vítima, mas que, da mesma forma, ainda não é capaz de assumir plena responsabilidade pelas suas ações e está pronto para aprender;*
- *mais um é o estado iluminado em que o eu pode, com total humildade, assumir plena responsabilidade por todas as suas ações para consigo mesmo e para com os outros, agindo por gratidão para com todos os sábios que o ajudaram na realização da sua jornada humana para se conhecer completamente; ao fazê-lo, tornou-se pura compaixão e age, então, com compaixão para com todos os outros que procuram alcançar a mesma consciência de si próprios.*

Defenderei que, sempre que uma pessoa se sente com direito a algo, existe um risco muito significativo de cair abaixo de zero nesta escala. Defenderei que o estado de «sentir-se com direito a algo» é algo em que o eu se transforma através das transferências que recebe de outrem. Por outras palavras, nenhum eu nasce
«com direito» a nada. É através do ambiente em que esse eu amadurece e através dos atos que os outros praticam sobre ele por meio de «dons» que esse eu se torna livre e consciente.
Em alternativa, é através de «transferências» de outros que se torna «com direito» e não livre

e inconsciente. Defenderei que o estado do coração e o desenvolvimento intuitivo da pessoa que faz a dádiva ou a transferência são fundamentais para o impacto no destinatário. Será que o eu recebe benefícios da pessoa que atua sobre ele, levando a uma maior autoconsciência, competência e liberdade pessoal, ou recebe prejuízos que conduzem a uma maior dependência, vitimização e perda de liberdade? Será que o eu acaba por cair na ilusão e no autoengano, em que o medo e o desejo de que outra pessoa «resolva o problema» tornam esta «pessoa com direito» sem liberdade?

«Obrigação» é uma das palavras mais profundas da língua inglesa. O dicionário Webster afirma que «obrigação» e «dever» são, de certa forma, sinónimos, mas que «obrigação» sugere uma responsabilidade iminente de agir, um dever a curto prazo, enquanto «dever», numa outra forma de obrigação, sugere uma responsabilidade a longo prazo. Assim, Webster sugere que, no âmbito da «obrigação», estão contidos os conceitos de «dever» e «responsabilidade», que se concretizam em qualquer situação em que a «obrigação» constitua uma parte subjacente da ação que está a ser realizada. Ao estudar a palavra «obrigação», percebi que, quando aplicada a uma dádiva, ela apresenta três níveis de compreensão, e não apenas os dois sugeridos por Webster.

A obrigação como dever

Maimónides, um filósofo judeu, na sua reflexão sobre a generosidade, enumera oito estágios do doador (listados num apêndice a este artigo). O estágio mais baixo do doador é aquele que dá com relutância e menos do que é capaz de dar. Equiparo a obrigação como dever a este nível de doação. Aqui, o espírito do doador é limitado e inconsciente. A doação surge sem um desejo de melhorar a vida do destinatário, mas sim por obrigação; obrigação no sentido mais restrito de dever, motivada pelo desejo de não passar vergonha socialmente por não fazer nada. Trata-se de um sentido de obrigação em que o espírito do doador está desligado ou, pior ainda, ativamente hostil à doação que está a ser feita. Na minha opinião, uma doação deste tipo, apesar do que diz Maimónides, não é de todo uma doação. Trata-se, antes, de uma transferência, resultante de um dever que não acarreta qualquer espírito positivo. Não é uma transferência destinada a melhorar nada, mas sim uma obrigação que tem de ser cumprida, tal como qualquer outra dívida.

Todas as tradições espirituais sugerem que não devemos ser nem credores nem devedores. Todas sabem que o espírito do credor ou do devedor raramente visa o enriquecimento e, na melhor das hipóteses, é mesquinho

, na melhor das hipóteses. Uma transferência efetuada a partir desta forma de obrigação tende a tornar o destinatário dependente dela, com a perda de identidade e liberdade que decorre desse estado. Trata-se de uma obrigação para com uma pessoa que o doador nem sequer vê, ou que vê como uma vítima digna de pena, e não como um espírito a ser valorizado. Nem quem dá nem quem recebe ganha uma autoestima positiva quando quem doa age a partir deste sentimento de obrigação. É fácil perceber, nesta forma de obrigação, como quem recebe, tendo sido transformado numa vítima aos olhos de quem doa, passa a considerar-se com direito a estas transferências. O
beneficiário pode pensar: «Sou vítima de algum tipo de injustiça que me colocou nesta situação, por isso tenho direito a ser reparado.»

Esta situação é ilustrada pelo fracasso do sistema de segurança social nos Estados Unidos. Este sistema, que foi desenvolvido por uma questão de obrigação e dever, torna um grande número de pessoas dependentes, apesar de o seu objetivo ser torná-las independentes. Na verdade, cria uma enorme burocracia para gerir os seus programas, composta por funcionários que, muitas vezes, menosprezam as pessoas a quem prestam serviço e as veem como pessoas sem liberdade e dependentes, mesmo sendo eles próprios os responsáveis por torná-las assim. Não há melhor exemplo de como a ajuda pode conduzir a uma degradação da condição humana e ao aumento do sofrimento através da criação de dependência. Trata-se de um caso clássico de causar danos ao tentar fazer o bem.

Houve uma época, nas décadas de 1970 e 1980 nos Estados Unidos, em que estava na moda ser uma vítima. Gostaria de perguntar aos leitores americanos se essa foi uma época em que sentiram que o espírito da sociedade americana se encontrava num período de ascensão ou de depressão. Aposto que a maioria de vós dirá que foi o último. Decidir que se é uma vítima é um caminho escorregadio para se tornar alguém que se sente no direito de receber algo. Apresso-me a acrescentar que as pessoas verdadeiramente autoconscientes têm a coragem e a capacidade de corrigir injustiças contra si próprias ou contra os outros, pois não se vêem como vítimas, mesmo que se encontrem nas circunstâncias mais humildes. Essas pessoas olham para si próprias com respeito e assumem a responsabilidade pelas suas condições. Não se vêem como vítimas com direito a algo, à espera que outra pessoa resolva o problema por elas.

Assumir plena responsabilidade por si próprio é ser o mais livre, como demonstra o cálculo que sugeri. Ter um profundo «sentimento de direito» é estar do lado errado desse cálculo. Com demasiada frequência, estas tristes avaliações começam com a transferência de outra pessoa, que surge

da obrigação como dever, mas sem espírito. Tais transferências, que não são dádivas, uma vez que NENHUM AMOR é transferido, são verdadeiramente perigosas tanto para o espírito de quem dá como para o de quem recebe. Acredito que é esta forma de transferência, como dever, que, nas classes abastadas, levou à criação de fundos fiduciários de todas as formas, os quais passaram a criar dependência ou vício de remessas nos seus beneficiários; da mesma forma que os programas de assistência social do Estado levaram à dependência nos seus beneficiários.

Vamos todos, a partir de hoje, tentar, em todas as nossas doações, reconhecer que agir para com o outro a partir de um estado de obrigação como dever não só é extremamente perigoso para o espírito dos destinatários, mas também perigoso para o nosso próprio espírito.

A Obrigação como Responsabilidade

Nesta forma de obrigação, o indivíduo que faz uma doação questiona-se: «Será que a minha doação causará mais mal do que bem?». Neste caso de obrigação, vemos a responsabilidade a superar o dever para com os outros. Aqui, podemos sentir que o cuidado pelos outros penetra no coração e na intuição do doador. O doador, neste caso, está a agir como administrador. Na perspetiva de Maimónides, tal doador situar-se-ia aproximadamente no quarto ou quinto nível de doação. Aqui, o doador conhece e preocupa-se com o bem-estar do destinatário, mas permanece de certa forma desligado do resultado da doação. Tal
doador tem uma «mente de principiante», ao procurar fazer doações que ajudem e valorizem, mas ainda não está a doar a partir de um profundo sentido de autoconsciência. Doar de forma responsável exige que o doador se preocupe ativamente em saber se a doação irá prejudicar outra pessoa. Um dos maiores danos é tornar outra pessoa dependente, com o risco concomitante de que essa pessoa se sinta uma vítima e passe a sentir-se «no direito» de ser uma vítima. Aqui, a obrigação como responsabilidade leva o doador a perguntar-se se esta doação causará dano antes de perguntar se trará benefício. Deixem-me assegurar ao leitor que fazer esta pergunta não impede o
doador de dar; pelo contrário, permite-lhe «Apressar-se Lentamente». Para mim, este simples aforismo representa a responsabilidade para com os outros no seu nível mais elevado. É necessária ação se quisermos melhorar o nosso próprio estado de ser e o dos outros, mas a prudência, como Aristóteles nos ensinou, é uma das grandes virtudes na vida e na forma de agir no seu seio.1 Além disso, sugeriria que a obrigação enquanto responsabilidade, representada na doação responsável, traz consigo a noção de prudência, equilibrada com a coragem e a justiça temperadas

pela misericórdia necessária para dar de forma responsável. [2] Dar é um ato de coragem, devido aos riscos para o espírito humano que uma doação, quando entendida como dever — uma transferência, e não um dom —, pode acarretar, tal como discutimos acima. Uma doação, feita de forma responsável, reflete a justiça como misericórdia, uma vez que exige que o doador restabeleça o equilíbrio numa parte da equação humana. Acredito que a obrigação como responsabilidade se concretiza da melhor forma quando estas três virtudes — prudência, coragem e justiça temperada pela misericórdia — a orientam. Um exemplo desta forma de doação é o empreendedorismo social. Nesta forma de filantropia, o doador compreende o risco de que a sua doação possa causar danos. Estes doadores compreendem a psicologia moderna, a sociologia, a antropologia e as dinâmicas modernas dos negócios, da sociedade e das organizações. Agem perante os outros com base na sabedoria adquirida nestas disciplinas. Compreendem que qualquer esforço para mudar o comportamento humano está repleto do risco de piorar a situação e aumentar o sofrimento humano. Assim, começam com cautela, caminhando sobre cascas de ovo, e procuram uma mudança individual gradual em vez de resultados imediatos. Programas como aqueles que adotam turmas inteiras de crianças em idade escolar e as acompanham até à universidade são excelentes exemplos do melhor deste tipo de filantropia. Os programas Head Start e o Peace Corps seriam outros exemplos.

Nesta fase da obrigação, ainda existe o risco de que uma doação crie, no espírito do destinatário, um sentimento de direito adquirido. Certamente, o risco de isso ocorrer é consideravelmente menor do que no caso de uma doação feita a partir de um estado de espírito de obrigação entendida como dever. Cumprir as próprias responsabilidades com atenção plena e assumir por elas a plena responsabilidade são as ações de uma pessoa autoconsciente. Levar isto adiante nas dádivas que se fazem aos outros é a personificação da autoconsciência. Estar especialmente atento, ao dar a outra pessoa, ao risco de criar um sentimento de direito no espírito do outro, é elevar ao seu nível mais elevado a definição de obrigação como responsabilidade para com o outro.

A obrigação como gratidão expressa aos outros através da compaixão e como compaixão. Muitos de nós conhecemos a máxima «a quem muito é dado, muito se espera».[3] Da mesma forma, muitos de nós sentimo-nos sobrecarregados, em vez de iluminados, por ela. A afirmação soa como um «dever». Sugiro que a obrigação que esta afirmação define é a obrigação de ser grato e compassivo, e não de «cumprir o nosso dever». Normalmente, entende-se que esta afirmação descreve o facto de nos serem dadas *coisas* e, em seguida, sermos obrigados a

partilhá-las. Sugiro que esse não é o seu significado. Cheguei à conclusão de que a frase «a quem muito é dado» define, na verdade, os dons espirituais que recebemos originalmente quando nascemos. Dons que nos permitem desenvolver as nossas capacidades humanas e intelectuais. O capital humano e intelectual em abundância são os verdadeiros dons de um grande espírito. *São estas as «coisas» que nos são dadas.* Quando temos a bênção de as receber em grande medida, são estes dons que somos exortados a partilhar. É isto que se «espera muito» de nós. Alguns de nós irão «escolher bem os nossos pais», como disse, em tom de brincadeira, um membro de uma família financeiramente abastada, e receberão, ao nascer, a bênção de um capital financeiro muito
as nossas necessidades. Quando a conjunção de grande riqueza financeira e de grande capital humano e intelectual ocorre num único indivíduo, cria-se um palco mais vasto no qual tais indivíduos podem agir com verdadeira compaixão para com os outros, ao expressarem gratidão pelos seus dons. [4] Embora poucos de nós recebam um capital monumental, a cada um de nós são concedidas as bênçãos do capital humano e intelectual. São estes dons de capital que, creio eu, são os relevantes para esta exortação que se pode aplicar a todos os seres humanos.

A obrigação como gratidão, expressa aos outros como compaixão, é um conceito que nos chega de todas as grandes tradições espirituais. A gratidão como compaixão não é uma questão da mente enquanto intelecto, mas do espírito enquanto intuição. Aprender a ser grato e a expressar essa virtude, como compaixão para com os outros que não são tão abençoados como nós, é alcançar a autoconsciência no seu nível mais elevado. O Cristo, o Buda, os sábios hindus, os sábios judaicos e Maomé, todos expressaram esta verdade. Curiosamente, todos defendiam que a gratidão expressa como compaixão é uma questão do coração enquanto mente ou, se preferirem, do sentimento, da intuição, como uma forma de viver e aprender a partir do coração. Ser verdadeiramente grato é amar com alegria e sem limites; é ser plenamente compassivo. Para tal, é preciso conhecer-se plenamente e ser libertado por esse conhecimento. Acredito que a obrigação manifestada através da gratidão como compaixão conduz ao enriquecimento do próprio espírito e ao enriquecimento dos espíritos dos outros que ela toca. É a prática do amor pelo próximo. É a essência da «philos anthropos» e, portanto, da filantropia.

Há alguns anos, fui informado sobre este assunto num discurso de Robert Lehman. O tema desse discurso era como ser um grande doador na qualidade de filantropo. O Sr. Lehman explicou que nenhuma doação é significativa e pode até prejudicar o destinatário, se

não for feita por um doador que tenha primeiro mergulhado profundamente no seu íntimo para discernir quem é, e que depois ofereça aos outros a partir desse autoconhecimento. [5] Aqui reside a essência da grande generosidade. Conhecer-se a si próprio completamente deve conduzir à gratidão por esta vida e pelas suas bênçãos, e à partilha, nesta vida, desse conhecimento. [6] Esse conhecimento, expresso em dádivas aos outros, deve refletir a nossa compaixão pelas nossas próprias falhas. Isto conduz a um verdadeiro cuidado pelos outros através do nosso autoconhecimento. Expressaremos aos outros a nossa gratidão pelo estado de compaixão em que temos a bênção de nos encontrar, graças à autoconsciência que experimentamos e pela humildade que ela gera. Conhecer-se plenamente é estar iluminado quanto ao próprio estado de ser e ao estado de ser dos outros. Como, então, poderiam as nossas dádivas causar dano, quando nos preocupamos tanto e somos tão compassivos perante a complexidade da condição humana e o seu sofrimento? É claro que, sendo humanos, continuaremos a cometer erros, uma vez que «errar é humano», mas a probabilidade de estes causarem dano será altamente reduzida.

A gratidão como amor, a humildade que ela gera e a compaixão que dela brota conduzem a um desejo profundo de que nenhum ser humano caia no estado de diminuição do eu, de se sentir «no direito», e na ilusão de vitimização e sofrimento que daí advém. Assim, a pessoa a quem muito é dado está obrigada pelo facto de que muito se espera dela. A obrigação, neste sentido, não é dever nem responsabilidade; é uma obrigação expressa como compaixão nos atos de cada um para com os outros, por gratidão pelos próprios dons, fundamentada na própria autoconsciência profunda e na liberdade. Como disse Lehman, mergulhar profundamente no nosso interior e, em seguida, expressar o que aprendemos sobre nós próprios nas nossas relações com os outros — e, em particular, nos nossos dons aos outros —, reflete o conhecimento que adquirimos de nós próprios.

Maimónides, nos seus sétimo e oitavo níveis de doação, expressa estes mesmos pensamentos. No sétimo nível, adverte o doador para que doe anonimamente, sem saber onde a doação irá parar e sem que a pessoa que a recebe conheça o doador. Aqui, o doador age puramente por gratidão pela sua própria condição humana e com alegria e pura compaixão para com o outro, a quem nunca conhecerá. Um belo exemplo desta forma de dar foi a onda de compaixão manifestada por pessoas de todo o mundo pelo

sofrimento dos outros e as doações que decorreram dessa solidariedade na sequência dos acontecimentos de 11 de setembro de 2001 e do tsunami no Oceano Índico em 2004.

No oitavo nível da generosidade, encontramos incorporado o conceito de ajudar um ser humano a enfrentar um problema, para que ele seja capaz de satisfazer plenamente as suas próprias necessidades. Este nível de generosidade está resumido no provérbio chinês que diz que ensinar um homem a pescar permite-lhe alimentar-se para o resto da vida, enquanto dar-lhe um peixe apenas lhe permite alimentar-se por um dia. Assim, quem dá procura uma forma de melhorar a condição humana de outra pessoa para toda a vida. Maimónides sugere uma ação positiva para cumprir o mandamento judaico talmúdico de que salvar uma vida humana é como se estivéssemos a salvar o mundo inteiro.
Maimónides ajuda-nos, no nosso quotidiano, a perceber que ajudar um homem a «pescar» é preferível a esperar até que ele esteja a morrer de fome para o «salvar». Trata-se de uma ação motivada pela gratidão, expressa como
compaixão que vai ao encontro da missão de cada ser humano de salvar vidas e, assim, reduzir o sofrimento. É uma dádiva que eleva um ser humano à independência, em vez de uma transferência que cria dependência. Reconheço plenamente que muito poucos de nós, *e certamente não eu*, alcançaremos nesta vida um nível de autoconsciência que nos permita expressar plenamente e ser a gratidão como compaixão. Este estado de ser é reservado ao Buda, a Cristo, aos Sábios judeus, a Maomé e a alguns seres humanos iluminados como Maimónides, Confúcio e Lao Tzu. Não reconhecer e não tentar alcançar este nível de obrigação, no entanto, fixaria as nossas expectativas em relação ao que somos «obrigados» a fazer a um nível demasiado baixo. Podemos e devemos, para o nosso próprio desenvolvimento pessoal, procurar as possibilidades que a gratidão e a humildade que dela decorre oferecem para que cada um de nós expresse compaixão, como amor, ao interagir com os outros. Ajudar a reduzir o nosso sofrimento, tornando-nos tão autoconscientes e livres quanto possível, não só melhorará as nossas próprias vidas como nos ajudará a reduzir, com compaixão, o sofrimento dos outros.

Um exemplo maravilhoso de seres humanos a agir para com os outros com gestos de compaixão que oferecem liberdade aos seus destinatários é o programa de microcrédito para mulheres iniciado no Bangladesh por Mohamed Yunus através do Grameen Bank. Trata-se de programas em que aqueles a quem muito foi dado partilham a sua generosidade com mulheres de todo o mundo que se encontram entre os mais pobres dos pobres. Em todo o mundo, estes programas partilham essa generosidade com verdadeira compaixão e compreensão pelo que ajuda outro ser humano

tornar-se independente. São concedidos empréstimos a essas mulheres para que possam criar microempresas. Alguns destes programas, como o Friendship Bridge,[7] ajudam até a educar os filhos das mulheres que contraem empréstimos. Tendo em conta os milhões de microcréditos já concedidos e os enormes aumentos na felicidade humana vividos por estas mulheres — medidos pelo aumento da independência e pela alegria que isso lhes traz —, vemos a compaixão, agindo a partir de uma profunda autoconsciência da condição humana, em ação.•

Portanto, sim, estamos obrigados, mas não no sentido de «obrigação» como dever. A obrigação como responsabilidade para com os outros é um estado que todos nós podemos e devemos alcançar, se quisermos que as nossas relações com os outros evitem causar dano e, esperemos, façam algum bem. A obrigação como gratidão é a forma mais elevada da palavra «obrigação» e, embora seja uma ferramenta de autoconsciência que poucos de nós alcançarão, constitui um farol de luz para ajudar a aliviar o sofrimento e para o qual devemos esforçar-nos. A obrigação como gratidão expressa para com os outros sob a forma de compaixão ajuda, em particular, a evitar que quem dá corra o risco, através da sua oferta, de aprisionar outro ser humano na ilusão de que é uma vítima e que, por isso, tem «direito» a algo.

Numa época em que alguns de nós têm a bênção de viver na abundância e tantos outros são privados dela, é obrigação daqueles de nós abençoados com a abundância fazer o que estiver ao nosso alcance para ajudar os menos afortunados a tornarem-se mais livres. Acredito que podemos fazê-lo da melhor forma se as nossas dádivas forem oferecidas com coragem, justiça e, acima de tudo, com compaixão e com a intenção de que sejam oferecidas de forma a combater as forças que criam o estado de vitimização e de direito adquirido. Acredito que cada um de nós tem a obrigação de agir assim. Permitir inadvertidamente que outra pessoa, através dos nossos atos, assuma a postura de quem se sente com direito a tudo é a antítese da exortação que nos é dirigida para salvar vidas humanas. Com demasiada frequência, os nossos próprios atos, na tentativa de
melhorar, causam danos ao reduzir a liberdade de outra pessoa, em vez de a aumentar. Criar ou facilitar uma situação em que outra pessoa passe a sentir-se «com direito» é aumentar o sofrimento humano. O sentimento de direito adquirido é uma condição perigosa para o espírito humano. Trabalhar contra isso é trabalhar pela liberdade, pela autoconsciência e pelo florescimento humano; esta é a profundidade da expressão da gratidão como compaixão.

Espero que cada leitor deste artigo reflita profundamente sobre:

- de que forma se sente com direito a algo e até que ponto sente que é uma vítima
- de que formas contribuiu para aumentar ou diminuir o sentimento de vitimização noutro, especialmente quando este se manifesta como um sentimento de direito;
- de que formas contribuiu para o aumento da liberdade pessoal e da autoconsciência noutro indivíduo e, assim, reduziu a forma como esse indivíduo se vê a si próprio como vítima
- de que forma define a obrigação, especialmente no que diz respeito a dar aos outros
- de que formas expressa aos outros a gratidão como compaixão

O aumento da dignidade humana que advém de uma maior liberdade e autoconsciência é a direção no cálculo para a qual todos os seres humanos se esforçam. Adquirir o direito de ser considerado vítima é avançar negativamente nesse cálculo.

Que cada um de nós, nas nossas vidas e nas nossas interações com os outros, se sinta obrigado a agir apenas no sentido do extremo positivo desse cálculo; rumo a uma maior liberdade e autoconsciência, tanto para nós próprios como para os outros, e à felicidade e plenitude individuais que isso representa.

© James E. Hughes, Jr., 2005

---

1 Aristóteles, *Ética a Nicómaco*, traduzido por J.A.K. Thomson, revisto por Hugh Tredennick, Londres, Penguin Books, 1953.

2 *Ibid.*

3 Lucas 12:48.

4 Gostaria aqui de chamar a atenção do leitor para o trabalho de Paul Schervish sobre os ricos e a filantropia. Schervish, nos seus escritos, define os indivíduos que possuem um capital financeiro significativo como «hiperagentes» nas suas relações com todos os indivíduos com quem estão ligados e com a sociedade em geral. Ele explica que uma grande riqueza financeira cria no seu detentor uma espécie de energia poderosa que se irradia para o bem e para o mal e aumenta significativamente o impacto que este exerce sobre os outros; atua muito além do que atos semelhantes, praticados por alguém sem esse capital, normalmente teriam. A minha experiência diz-me que Schervish tem toda a razão. Já vi muito de bom e muito de mau

por parte desses indivíduos e, seguindo a ideia esclarecedora de Schervish de que os efeitos desses indivíduos são frequentemente muito maiores devido ao seu capital financeiro — capaz de influenciar positivamente ou negativamente a vida dos outros —, cheguei à conclusão de que as suas ações têm, de facto, efeitos muito intensificados. Considero que todos nós que prestamos serviços a indivíduos e famílias com capital financeiro significativo faríamos bem em ler os trabalhos de Schervish sobre o conceito dos ricos como «hiperagentes», para que possamos compreender melhor e aconselhar os nossos clientes sobre os prováveis impactos intensificados das suas ações. Obrigado, Paul, por esta visão tão importante e por nos ter dado uma forma de a definir, para que possamos agir em conformidade. A maior parte do trabalho de Schervish pode ser consultada no seu site www.bc.edu/SWRI.

5 *«The Heart of Philanthropy»*, de Rob Lehman, discurso proferido na 12.ª Conferência sobre Famílias do Council on Foundations, a 23 de fevereiro de 1998. Anexo o discurso completo do Sr. Lehman como apêndice a este capítulo, pois acredito que seja uma declaração de como a filantropia familiar pode alcançar o seu mais alto nível de efeito positivo sobre aqueles a quem se destina. Recomendo vivamente que cada leitor o leia e o partilhe com a sua família.

6 Poder-se-ia argumentar que alguém poderia descobrir que é mau. Discordo, pois acredito que o mal seja a inconsciência total, tal como discutido e descrito por M. Scott Peck na sua extraordinária exegese do mal no livro **People of the Lie**.

7 Friendship Bridge, 3560 Highway 74, Suite B2, Evergreen CO 80439.

- Os resultados destes programas oferecem esperança a estas mulheres e às suas famílias de, eventualmente, participarem plenamente na sociedade civil e, assim, tal como Amartya Sen nos ensinou no seu extraordinário livro «Development as Freedom», tornarem-se livres!

PARTE II

VOZES IMPORTANTES PARA APOIAR AS FAMÍLIAS NO DOMÍNIO DO CAPITAL SOCIAL

Quando uma família pondera as suas doações a outros, a partir dos níveis mais elevados da grelha de Maimónides, em que trabalho poderá encontrar ajuda para alcançar o seu maior impacto?

Peter Karoff, meu mentor, amigo e fundador da The Philanthropic Initiative (TPI), em Boston, Massachusetts, escreveu extensivamente sobre as questões que as famílias enfrentam ao procurarem tornar a sua filantropia estratégica. Tem sido também uma voz importante na explicação da natureza do empreendedorismo social. Pode encontrar muitos dos escritos de Karoff em www.TPI.org.

Virginia Esposito, do National Center for Family Philanthropy, em Washington, DC, tem um livro maravilhoso sobre como iniciar uma filantropia familiar intitulado, *«Splendid Legacy, o Guia para Criar a Sua Fundação Familiar.»*

Charles Collier, consultor sénior de filantropia na Harvard College, meu amigo e colega, tem ajudado muitas famílias a descobrir e a definir os seus valores, como forma de as ajudar a praticar melhor a sua filantropia. O seu livro «*Wealth in Families*» é um guia muito útil sobre este tema.

Deanne Stone escreveu uma história maravilhosa sobre a filantropia de uma família e a sua formação num panfleto intitulado *«Building Family Unity through Giving, the Story of the Nameste* Foundation» (Construir a *Unidade Familiar através da Doação: a História da Fundação Nameste*). O panfleto pode ser obtido no Whitman Institute, em São Francisco, Califórnia.

Christine W. Letts, **William P. Ryan e Allen Grossman** apresentam um livro intitulado *«High Performance Non-Profit Organizations*». Trata-se de um texto muito útil para a gestão de organizações sem fins lucrativos.

Tracy Gary, uma das grandes filantropas do nosso tempo, e a sua colega **Melissa Kohner**, ofereceram-nos um maravilhoso manual intitulado *«Filantropia Inspirada: Criar um Plano de Doação*».

Susan Kenny Steven, um livro intitulado *«Non-Profit Lifecycles: Stage Based Wisdom for Non-profit Capacity».* Uma excelente ferramenta de avaliação para as famílias utilizarem nas suas

atividades filantrópicas para responder a perguntas como «Como estamos a sair-nos?» e «Em que fase de evolução, enquanto organização, nos encontramos?»

Kathryn Fulton e **Andrew Blau** são coautores de um livro intitulado *«Olhando para o Futuro: Uma Orientação para os Filantropos do Século XXI*». O livro oferece uma análise aprofundada do estado atual da filantropia nos Estados Unidos e dos seus desafios no novo século.

Paul Schervish e o seu colega, *John J. Havens,* elaboraram um artigo em 1999 intitulado *«Os milionários e o milénio: novas estimativas para a futura transferência de riqueza e as perspetivas para a era dourada da filantropia».* » Neste artigo, Schervish e Havens apresentam números fascinantes sobre os biliões de dólares que serão transferidos no seio das famílias nos próximos 50 anos e os montantes prováveis dessas transferências que serão canalizados para a filantropia.

ANEXO A

OS OITO NÍVEIS DE FILANTROPIA DE MAIMÓNIDES

Ajudar o beneficiário a tornar-se autossuficiente por meio de uma doação ou de um empréstimo, ou ajudando-o a encontrar emprego

Dar sem saber a quem se está a dar, sem que o beneficiário conheça a identidade do doador

Dar sem revelar a própria identidade

Dar sem saber a quem se está a dar, embora o beneficiário possa conhecer a identidade do doador

Dar antes de ser solicitado

Dar o que se deve, mas apenas depois de ser solicitado

Dar menos do que se devia, mas com gentileza
Dar com relutância ou com pesar

ANEXO «B»

«O Coração da Filantropia», de Rob Lehman.
Apresentado na 12.ª Conferência das Fundações Familiares do Conselho das Fundações, a 23 de fevereiro de 1998

I. Um anseio do coração

É um verdadeiro prazer estar convosco esta tarde. Gostaria de começar com uma breve reflexão sob a forma de um poema do poeta persa do século XIII, Rumi, traduzido por Coleman Barks. Após o poema, convido-vos a um momento de reflexão silenciosa antes de prosseguirmos.

O título do poema é:

O Verdadeiro Trabalho

Há uma coisa neste mundo que nunca deves esquecer de fazer. Se te esqueceres de tudo o resto e não disto, não há nada com que te preocupares; mas se te lembrares de tudo o resto e te esqueceres disto, então não terás feito nada na tua vida.
É como se um rei te tivesse enviado numa viagem para cumprir uma tarefa, e tu realizasses uma centena de outros serviços, mas não aquele para o qual ele te enviou. Assim, os seres humanos vêm a este mundo para realizar um trabalho específico. Esse trabalho é o propósito, e cada um é específico para a pessoa.
Dizes: «Mas eu dedico as minhas energias a empreendimentos nobres. Estudo jurisprudência e filosofia… e medicina e tudo o resto.» Mas pensa na razão pela qual fazes essas coisas. São todas ramificações de ti próprio… Lembra-te da raiz profunda do teu ser.

Esta tarde, gostaria de partilhar alguns pensamentos que provêm da minha experiência pessoal experiência desta viagem: a viagem para «recordar a raiz profunda do nosso ser». Sou

apenas uma pessoa. Não sou especialista. Só posso partilhar o que acredito estar a aprender com a minha experiência, a minha luta interior com a filantropia ao longo dos últimos 25 anos.

Acredito que a essência do que estou a observar é um papel de liderança emergente para a filantropia à medida que entramos no século XXI; um papel de liderança que está a nascer através do trabalho das fundações familiares e da filantropia familiar. Estou convencido de que está a surgir uma compreensão mais profunda do propósito da filantropia. Este propósito é, essencialmente, o desafio espiritual de estabelecer uma relação consciente entre a vida interior da mente e do espírito e a vida exterior da ação e do serviço.

Com a própria sobrevivência das pessoas e do planeta em risco, somos chamados a integrar conscientemente o espírito em todos os aspetos das nossas vidas. Este é o trabalho da vida interior da nossa cultura. Este é o cerne da filantropia.

Diz-se que, para Gandhi, a vida pública não era secular, era sagrada. O desafio para a filantropia — aquilo a que quero chamar o nosso trabalho comum — consiste em reunir o sagrado com o secular, o mundo interior do espírito com o mundo exterior do serviço. Tal como Gandhi, devemos recuperar uma profunda reverência e consciência de como a dimensão interior da existência humana (os nossos valores, significado e propósito partilhados) se relaciona com a nossa ação pública.

No entanto, como podemos falar da relação entre espiritualidade e vida pública numa sociedade que, com toda a razão, ergueu uma barreira constitucional entre a religião e o Estado? No seu fascinante novo estudo sobre Thomas Jefferson, *America Sphinx — The Character of Thomas Jefferson*, Joseph Ellis salienta que o autor da doutrina da separação entre a Igreja e o Estado, no primeiro rascunho da Declaração de Independência, escreveu:

«Consideramos estas verdades como "sagradas": que todas as [pessoas] são criadas iguais; que são dotadas pelo seu Criador de certos direitos inalienáveis, entre os quais se contam a Vida, a Liberdade e a busca da Felicidade…»

Benjamin Franklin convenceu Jefferson a substituir a palavra «sagradas» por «evidentes por si mesmas». Pergunto-me o que significaria para a nossa cultura se «a vida, a liberdade e a busca da felicidade» fossem de facto consideradas sagradas — talvez como sacramentos humanos — «sinais visíveis da graça interior e

sinais visíveis de uma graça interior e espiritual», se começássemos a questionar qual é a relação entre a nossa vida interior e a nossa vida exterior; entre a nossa liberdade interior e a nossa liberdade exterior; entre a nossa felicidade interior e a nossa outra felicidade?

De facto, estas são as questões que parecem surgir cada vez mais no nosso trabalho nas fundações. Estamos a testemunhar um anseio pelo sagrado em quase todos os domínios: no direito e na medicina, nos negócios e na ação social; nas escolas do ensino básico e secundário e até nas universidades. Alguns chamam-lhe «espiritualidade», outros chamam-lhe «vida interior», mas independentemente do seu
denominação, este anseio está relacionado com as necessidades urgentes da sociedade. As fundações familiares têm sido as porta-estandartes deste movimento espiritual. Existe um sentimento geral de que, no final deste século, poderemos estar a assistir a uma reorientação da nossa cultura para o sagrado.

Só nos últimos cinco anos, as vendas de livros de temática espiritual aumentaram 800 por cento. Um inquérito recente patrocinado pelo Instituto Fetzer e pelo Instituto de Ciências Noéticas revela que 44 milhões de americanos fazem parte de uma constelação crescente de pessoas que associam o seu próprio crescimento espiritual à sua vida de serviço e ação social.

Dan Yankelovich relata que a percentagem do público que encara o crescimento espiritual como um valor fundamental nas suas vidas aumentou de 53% para 78% apenas nos últimos três anos. E apenas 6% deste grupo se considera da Nova Era. Trata-se de um movimento dominante.

Numa edição especial da revista Sunday New York Times Magazine, em dezembro passado, os editores salientaram que «há uma mudança marcante na natureza da fé e do culto [na América]», que uma nova geração de fiéis está a olhar para além das instituições religiosas, e a integrar a espiritualidade na vida quotidiana e comum. Nas palavras do Sunday Times, «Deus está a ser descentralizado».

Que tipo de espiritualidade é esta que parece estender-se para além das portas das nossas igrejas, sinagogas e templos?

Talvez seja aquilo que Sua Santidade, o Dalai Lama, descreveu recentemente quando afirmou:

Acredito profundamente que devemos encontrar, todos juntos, uma nova espiritualidade. Precisamos de um novo conceito, uma espiritualidade leiga. Este novo conceito deve ser elaborado em conjunto com as religiões, de forma a que todas as pessoas de boa vontade possam aderir a ele… (conclui com ênfase) Acredito nisso profundamente e penso que precisamos disso para que o mundo possa ter um futuro melhor.

A linguagem deste despertar espiritual está apenas a emergir. Como todos sabemos, é difícil falar sobre assuntos espirituais. Diane Sawyer conta a história de uma criança de seis anos que frequentava o primeiro ano. A professora de artes pediu às crianças que desenhassem o que quisessem. A menina estava profundamente concentrada no seu desenho e não ouviu a professora dizer que era hora de parar. A professora aproximou-se da sua secretária e perguntou gentilmente: «O que estás a desenhar?» «Estou
a desenhar uma imagem de Deus», respondeu ela. A professora disse então: «Mas ninguém sabe como é Deus.» A menina respondeu com um sorriso: «Vão saber quando eu terminar.»

É claro que a professora tinha razão: não sabemos como é Deus. (Talvez precisemos de ter os olhos e a visão de uma criança de seis anos…) Não dispomos de uma linguagem moderna adequada para a espiritualidade. No entanto, a nossa falta de jeito não nos deve impedir de tentar compreender o espiritual e o sagrado. Há demasiado em jogo. Temos de ser ousados o suficiente para procurar, para além das aparências, uma realidade mais profunda onde as raízes dos nossos problemas possam ser abordadas.

199 Main Street, Suite 3 – Northampton, Massachusetts 01060 tel.: (413) 582-0071 – fax: (413) 582-1330

«O Coração da Filantropia», de Rob Lehman.
Apresentado na 12.ª Conferência das Fundações
Familiares do Conselho das Fundações, a 23 de
fevereiro de 1998

II. O Argumento a Favor do Trabalho Conjunto

Quando, enquanto fundações, nos questionamos sobre como podemos melhorar as condições do mundo, as nossas mentes voltam-se geralmente para questões como: Como podemos mobilizar mais pessoas, mais nações,

para o trabalho de fazer o bem? Como podemos mobilizar a ciência e a tecnologia para o bem da civilização? Como é que as economias de mercado trarão prosperidade ao mundo?

Estou certo de que os historiadores verão o século XX como um período em que nós, enquanto seres humanos, tentámos, de forma organizada, dar resposta aos males do nosso mundo. No entanto, os problemas no final deste século continuam a crescer a um ritmo cada vez mais acelerado. Com triliões de dólares a serem gastos (só as fundações norte-americanas gastaram cerca de 15 mil milhões de dólares em 1997), a realidade é que as abordagens, os programas e os projetos modernos estão a ter apenas um impacto limitado. De certa forma, especialmente através da ciência e da tecnologia, avançámos para além dos nossos sonhos mais ousados: no entanto, todas estas inovações modernas, embora importantes e necessárias, não são suficientes.

Talvez, ao refletirmos sobre este século, cheguemos à conclusão de que não basta convencer as nossas nações a fazer o bem. Temos de aprender muito mais sobre como o bem é feito. Temos de aprender muito mais sobre a sabedoria de fazer o bem.

Thomas Merton expressou-o desta forma:

Se tentarmos agir e fazer coisas pelos outros ou pelo mundo sem aprofundar a nossa própria compreensão de nós próprios, a nossa própria liberdade, integridade e capacidade de amar, não teremos nada para dar aos outros. Não transmitiremos nada além do contágio das nossas próprias obsessões, da nossa agressividade, das nossas ambições egocêntricas.

- As dimensões espirituais das nossas vidas influenciam a nossa saúde física.
- Os movimentos espirituais de base, onde dezenas de milhões de pessoas se reuniam em pequenos grupos para se tornarem mais conscientes de como as suas vidas interiores afetam as suas ações, aprendendo a integrar mais plenamente na sua vida valores como o cuidado e o relacionamento e, finalmente,
- A libertação do feminino, revelando como a cultura compreendia a realidade através de uma perspetiva mais profunda e relacional.

O que quero sugerir é que, daqui a mil anos, os historiadores poderão muito bem destacar o papel fundamental da filantropia na resposta a este movimento e na promoção deste período de

mudança. Poderão dizer que, à medida que o século XX chegava ao fim, a própria filantropia começou a exercer uma liderança consciente na vida de serviço — no trabalho em prol da paz, da justiça e do ambiente.

Ousemos, pelo menos, perguntar: «O que queremos que os historiadores, ao olharem para trás, digam que foi a nossa contribuição no início do século XXI?»

Para tal, gostaria de centrar o resto da minha intervenção no objetivo essencial da filantropia e na forma como acredito que nós, enquanto instituições e indivíduos, somos chamados a responder a esse objetivo.

199 Main Street, Suite 3 Northampton, Massachusetts 0 1060
tel.: (413) 582-0071 fax: (413) 582-1330

«O Coração da Filantropia», de Rob Lehman,
apresentação proferida na 12.ª Conferência sobre
Fundações Familiares do Conselho das
Fundações, a 23 de fevereiro de 1998

III. O Doador e a Doação: Amor e Dinheiro

A filantropia moderna reúne dois conceitos aparentemente irreconciliáveis: amor e dinheiro. Estes são os aspetos internos e externos inevitáveis do nosso trabalho. A palavra filantropia, como sabemos, significa «amor pela humanidade». Mas se lermos todos os relatórios anuais de todas as fundações dos últimos dez anos, aposto que teríamos dificuldade em encontrar a palavra «amor» mencionada mais de dez vezes. A verdade é que vivemos numa época de confusão em torno desta palavra. Ensinaram-nos que o amor é cuidar e agir para o bem dos outros. O que estamos a aprender neste século é que, quando permanecemos alheios às nossas vidas interiores e aos seus motivos complexos, agir com base no que acreditamos serem boas intenções pode não servir verdadeiramente o bem-estar dos outros. Ainda assim, o amor é a nossa vocação enquanto filantropos. Quando é que descobriremos como o amor pode tornar-se o princípio central do nosso trabalho?

Permitam-me sugerir que o amor é a única ponte verdadeira entre a vida interior e a vida exterior. O amor, e não o dinheiro, é a verdadeira moeda da filantropia. Mas, claro, na sociedade moderna, o instrumento da filantropia é o dinheiro. Assim, surge uma questão mais profunda: será possível que o dinheiro seja um canal de amor?

A minha sensação é que aqueles que atuam na filantropia familiar têm uma sabedoria particular a ensinar aos outros neste trabalho de estabelecer a relação correta entre dinheiro e amor. Para a maioria de nós, a nossa família é a verdadeira escola do espírito, onde estamos matriculados num curso que só pode ser ensinado de dentro para fora. De certa forma, aqueles que fazem parte de fundações familiares têm-se vindo a preparar para os desafios morais e espirituais da filantropia; compreendem melhor do que a maioria este crisol de amor e dinheiro.

Deixem-me partilhar um pouco da minha experiência. Quando comecei a trabalhar para uma fundação, lembro-me de ter caído tão facilmente na inocência da arrogância altruísta. Com os recursos financeiros disponíveis e o nosso grande sentido de propósito, comecei verdadeiramente a acreditar — enquanto era constantemente cortejado e tratado como alguém especial — que os programas que estávamos a financiar poderiam resolver os problemas que existem lá fora. Mas, aos poucos, comecei a perceber que, à medida que os «beneficiários» bem-intencionados se moldavam aos problemas que queríamos resolver, havia uma quebra na comunicação aberta e sincera e uma perda da verdadeira reciprocidade.
Quando a dinâmica da relação passou a ser principalmente «nós e eles», «quem tem e quem não tem», senti surgir o medo e a desconfiança. À medida que os beneficiários e eu começámos a tratar-nos mutuamente como meios para atingir fins, como objetos a serem utilizados estrategicamente, senti-me arrastado para a política do dinheiro que, com razão, tanto temia.

Como é que nos mantemos comprometidos com a nossa profissão e preservamos a autenticidade das nossas relações, ao mesmo tempo que trabalhamos constantemente à sombra do dinheiro? Este é um dos nossos desafios mais profundos.

Nos últimos anos, comecei a compreender — mesmo que nem sempre consiga manter essa compreensão — uma forma pela qual o dinheiro pode ser um instrumento para o espírito, e não uma barreira à virtude humana. Isso implica colocar as nossas
relações no centro. Deixem-me tentar explicar. O que comecei a compreender é simplesmente isto: que o efeito do dinheiro depende da natureza da relação entre o

doador e do recetor, e que, sempre que trocamos dinheiro, isso é uma manifestação da qualidade das nossas relações.

Sei que, na minha própria jornada, percorri este caminho de quem dá para quem recebe muitas vezes — sempre através daquilo a que Helen Luke chama «a ponte da humildade». Pareço encontrar-me nesta ponte quando, em desamparo, começo a ver esses «problemas externos» como
dificuldades que também existiram na minha própria vida. Como diz o ditado tibetano: «A fenda no coração deixa entrar o mistério.» E é humildemente aqui — nas fendas do meu pensamento, nas fendas do meu orgulho, nas fendas do meu coração — que começo a descobrir as sementes da minha humanidade a crescer nas vidas à minha volta e, quando consigo aceitar isto, bem, então, de alguma forma, tudo se inverte, e a plenitude da vida encontrada nos outros começa a desdobrar-se em mim.

Gandhi disse uma vez que não compreendia os problemas da Índia até se compreender a si próprio. Ao dizer isto, ele lembra-nos que a primeira coisa a fazer é explorar o mundo mais próximo de nós: o mundo dentro dos nossos próprios corações.

Sem esta compreensão interior, estou convencido de que, por mais inovadores que sejam os nossos programas, por mais dinheiro que seja gasto com as melhores intenções, se a relação através da qual o dinheiro circula não existir em plenitude e liberdade, não teremos trocado nada, como diz Thomas Merton, a não ser as nossas próprias ambições egocêntricas, medos e ilusões.

Se aceitarmos esta definição de dinheiro centrada nas relações, se aceitarmos que os problemas que tentamos resolver também existem dentro de nós próprios, então podemos perceber que, quando trocamos dinheiro — mesmo quando a intenção é o bem maior —, a troca de quem somos é a letra miúda que ninguém nunca lê na transação.

Temos de reconhecer que vivemos num mundo ligado à troca de dinheiro. E, se assim é, precisamos de estar atentos ao que estamos a expressar com cada troca. Temos de permanecer vigilantes na nossa compreensão de que a autenticidade das nossas relações em torno do dinheiro é mais importante do que manter o poder de quem dá sobre quem recebe.

Acredito que a questão fundamental é: como podemos retirar-nos a nós próprios e às nossas instituições do centro das nossas relações e descobrir, em vez disso, o nosso trabalho comum?

199 Main Street, Suite 3 – Northampton, Massachusetts 01060
tel.: (413) 582-0071 – fax (413) 582-1330

«O Coração da Filantropia», de Rob Lehman.
Apresentado na 12.ª Conferência das Fundações
Familiares do Conselho das Fundações, a 23 de
fevereiro de 1998

IV. A Vida Interior das Instituições e dos Indivíduos

Aprendemos muito sobre isto no ano passado, no Instituto Fetzer, enquanto reavaliávamos a nossa missão central. Tal como a maioria das organizações, a primeira pergunta que nos colocámos foi: «O que nos torna únicos; qual é o nosso propósito distintivo?» Devo ter escrito cinco ou seis textos com base em muitas conversas com o pessoal e os administradores, tentando captar o que torna o Instituto Fetzer diferente. Mas nenhum desses rascunhos soava verdadeiro.

Ironicamente, quando parecia que já não tínhamos mais opções, deparámo-nos com um novo começo. Como disse Henry Kissinger: «Muitas vezes chegamos à escolha certa só depois de todas as outras possibilidades terem sido esgotadas.» Agora que estávamos exaustos, havia
de repente luz suficiente para nos vermos mais plenamente nos outros. Pois chega um momento na vida de uma organização, tal como acontece na vida de cada um de nós, em que começamos a desviar a nossa atenção principal da questão do que nos torna distintos e únicos para a questão de qual é o propósito mais amplo que partilhamos com os outros. E assim, à medida que começamos a compreender-nos como parte de algo maior, a nossa verdadeira identidade torna-se claramente visível.

Mas as organizações, tal como os indivíduos, são altamente suscetíveis à inflação do ego. Para perceber isto, basta reconhecermos os nossos padrões intermináveis de manipular a realidade para a adequar aos nossos próprios objetivos e metas organizacionais. Torna-se extremamente claro que, quando tudo gira exclusivamente em torno dos propósitos e missões das nossas instituições, o dinheiro

torna-se uma forma organizacional de gravidade que remodela a realidade à nossa própria imagem. Tudo isto leva-me a sugerir que precisamos de uma mudança copernicana nas nossas vidas organizacionais. Pois, embora a Terra já não seja vista como o centro do nosso universo há quase 500 anos, as organizações continuam a ver-se no centro dos mundos em que operam.

Sugiro que, enquanto as nossas instituições permanecerem no centro, as nossas relações em torno do dinheiro serão sobrecarregadas por apegos ao ego que bloquearão qualquer possibilidade de verdadeira colaboração. E o mundo é demasiado complexo e os recursos demasiado escassos para seguirmos sozinhos.

Temos de encontrar melhores formas de colaborar. A verdadeira colaboração é mais do que reunir recursos financeiros e intelectuais em torno de um objetivo comum. No fim de contas, uma colaboração que recorra aos recursos da mente e do dinheiro, mas não aos recursos da graça, limitar-se-á a reorganizar a mobília.

A verdadeira colaboração exige uma transformação fundamental na forma como encaramos o cerne da nossa vida institucional. A mudança crucial neste contexto exige uma compreensão mais profunda da palavra «poder». O American Heritage Dictionary salienta que, originalmente, a palavra «poder» significava «capaz de ser». Com o passar do tempo, passou a significar «capaz de fazer». Isto reflete uma transição de significado, de um foco na vida interior — a capacidade de ser — para um foco na vida exterior — a capacidade de fazer. Esta mudança no significado de «poder» reflete um desequilíbrio de que todos sofremos, um desequilíbrio que está na origem de muitos dos nossos problemas. O que começamos a compreender é que esta vida unida de espírito e serviço requer uma recuperação da relação entre o poder de ser e o poder de fazer. Como diz uma antiga máxima cristã: «a ação segue o ser».

Em última análise, unir a vida do espírito e do serviço requer uma nova forma de lógica, uma lógica do espírito, que nos convida a estabelecer uma ponte entre a vida interior e a vida exterior; trazendo uma dimensão interior aos princípios elementares da vida institucional. Por exemplo, a lógica institucional tradicional defende que primeiro se define o nosso propósito e, em seguida, estrutura-se uma organização para concretizar esse propósito. Mas a lógica do espírito sugere que a primeira questão não é «qual é o nosso propósito», mas sim «como devemos viver juntos?». Isto exige que compreendamos que a nossa

visão institucional inclui não só o que vemos, mas, mais essencialmente, a nossa capacidade de ver; que as nossas estratégias institucionais incluem não só o que fazemos, mas, mais substancialmente, quem somos; e que a nossa avaliação institucional inclui não só o que alcançamos, mas, mais fundamentalmente, como observou a Madre Teresa, a nossa fidelidade.

É através desta ligeira mudança na nossa perspetiva que descobriremos o nosso trabalho comum. No entanto, qual é este trabalho que temos em comum? Nesta conferência, há muitas fundações com objetivos variados; algumas na educação, outras na luta contra a injustiça, outras na saúde, outras no ambiente, outras na religião, outras nas artes. Na vida exterior, somos de facto dramaticamente diversos, mas sugiro que é ao olhar para o nosso trabalho de dentro para fora que descobriremos o que temos em comum. Descobriremos o nosso trabalho comum à medida que reconhecermos que não podemos abordar as grandes questões na esfera pública sem nos ocuparmos das nossas próprias questões espirituais na esfera pessoal. Para realizar o trabalho, temos de ser o próprio trabalho; o trabalho profundamente pessoal de explorar as partes mais profundas e sagradas das nossas vidas.

Realizamos o nosso trabalho comum juntos precisamente no nível em que confiamos que cada um de nós está numa jornada interior e onde nos apoiamos mutuamente ao longo do caminho. E assim, é através dessa exploração das profundezas do nosso poço pessoal que descobrimos a nascente comum que alimenta todos os poços.

É através da consciência desta profunda conexão interior que nos tornamos livres para agir com amor autêntico. Caso contrário, limitamo-nos a reagir e somos seduzidos pela agitação do fazer contínuo — aquilo a que Thomas Merton chamou uma «forma generalizada de violência moderna». Ouçam a sua reflexão.

A agitação e a pressão da vida moderna são uma forma — talvez a forma mais comum — da sua violência inata. Deixar-se levar por uma infinidade de preocupações contraditórias, render-se a demasiadas exigências, comprometer-se com demasiados projetos, querer ajudar toda a gente em tudo é sucumbir à violência. O frenesi do ativista neutraliza o seu trabalho em prol da paz.

Portanto, claro, a questão é: como? Como resistimos à violência do fazer contínuo? Na expressão beneditina: como é que o nosso trabalho se torna oração?

São as nossas práticas espirituais que nos enraízam na vida quotidiana, no mundo real, e não nos separam delas. As nossas práticas de oração, meditação, atenção plena e silêncio ajudam-nos a ver a vida tal como ela realmente é, a evitar o romantismo, por um lado, e o cinismo, por outro. Quando integradas na nossa vida quotidiana — desde acordar, comer e trabalhar até à jardinagem e às caminhadas —, as práticas espirituais ajudam-nos a ver com sabedoria e a agir com compaixão.

199 Main Street, Suite 3 Northampton, Massachusetts 01060
tel.: (413) 582-0071 fax: (413) 582-1330

«O Coração da Filantropia», de Rob Lehman.
Apresentado na 12.ª Conferência das Fundações
Familiares do Conselho das Fundações, a 23 de
fevereiro de 1998

V. O Coração da Filantropia

Gostaria de concluir referindo-me a um discurso recente de Marian Wright Edelman, no qual ela recordou um texto que Lee Atwater, antigo líder do Partido Republicano, escreveu há sete anos, pouco antes de falecer aos 40 anos, vítima de cancro. Acredito que as palavras de Lee Atwater expressam a verdade que tentei transmitir hoje

«Muito antes de ser atingido pelo cancro, senti que algo pairava sobre a sociedade americana. Era um sentimento entre as pessoas do país — tanto republicanos como democratas — de que faltava algo nas suas vidas, algo crucial. Eu estava a tentar posicionar o
Partido Republicano para tirar partido disso, mas não sabia exatamente o que era. A minha doença ajudou-me a perceber que o que faltava à sociedade era o que faltava em mim. Um pouco de coração, muita irmandade. Os anos 80 foram marcados pela aquisição: aquisição de riqueza, poder e prestígio. Sei que adquiri mais do que a maioria, mas pode-se adquirir tudo o que se quiser e ainda assim sentir-se vazio. Que poder não trocaria por um pouco mais de tempo com a minha família? Que preço não pagaria por uma noite com os amigos? Foi preciso uma doença mortal para me fazer encarar essa verdade de frente. Mas é uma verdade que o país, preso às suas ambições implacáveis e à sua decadência moral, pode aprender com a minha morte. (Ele conclui com um convite). Eu

Não sei quem nos guiará ao longo dos anos 80 e 90, mas essa pessoa terá de abordar este vazio espiritual no coração da sociedade americana. Este tumor da alma.»

Quem nos guiará? Quem aceitará este convite «para falar do vazio espiritual nos nossos corações?» Acredito que conhecemos o nosso líder para o século XXI. Cada um de nós aqui presente nesta sala, e todos aqueles que se seguirão, devem aceitar este desafio de liderança; esta liderança que vem de dentro e que une a vida interior do espírito com a vida exterior do serviço.

E quando o fizermos, descobriremos o que as grandes tradições espirituais nos ensinaram, ou seja, simplesmente, que à medida que aumentamos a nossa capacidade interior de plenitude e liberdade, reforçamos a nossa capacidade exterior de amar e servir. Esta é a nossa tarefa comum. Este é o apelo ao cerne da filantropia.

199 Main Street, Suite 3 Northampton, Massachusetts 01060
tel.: (413) 582-0071 fax: (413) 582-1330